

**COMISSÃO DE SAÚDE****REQUERIMENTO Nº , DE 2025**

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a evolução dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 117, VIII e Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para debater sobre a evolução dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.

Para tanto proponho sejam convidadas/os:

- Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde - representante;
- Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde - representante;
- Déborah Carvalho Malta, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Maurício Barreto, pesquisador do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS / Fiocruz Bahia);
- Mark Barone, Coordenador Geral do Fórum Intersectorial de Condições Crônicas Não Transmissíveis no Brasil (FórumCCNTs) e
- CONASS – representante.



## JUSTIFICAÇÃO

Durante o 17º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado em Roma, de 2 a 6 de maio de 2023, foi apresentada uma pesquisa sobre determinantes sociais das iniquidades em saúde, feita por pesquisadores do Brasil, Equador e Reino Unido.

O estudo *“Monitoramento e projeções das metas de fatores de risco e proteção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis nas capitais brasileiras”* apresentado pela Drª Débora Malta, da UFMG e pelo Dr. Maurício Barreto do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS) da Bahia, mostrou que os fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis aumentaram no Brasil a partir de 2015.

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são a principal causa de morte no mundo (71%), além de causar incapacidade, perda da qualidade de vida, redução da produtividade e impactar financeiramente as famílias e a sociedade.

O aumento das DCNT está diretamente relacionado com o crescimento dos fatores de risco como tabagismo, consumo de álcool, obesidade, sedentarismo e alimentação inadequada ou insuficiente. Outro fator digno de atenção são os distúrbios do sono, comumente negligenciados, mas com impacto considerável na saúde e qualidade de vida da população, especialmente os mais vulneráveis. Não ficam atrás os determinantes sociais, sobretudo o baixo nível socioeconômico, como causador da morbidade e mortalidade prematura (menores de 70 anos) e os efeitos de crises econômicas impactando a saúde.

Não podemos esquecer a gestão desastrosa durante a pandemia, a desassistência aos povos indígenas, especialmente os Yanomami (de acordo com o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI, foram registrados no período de 2019 a 2022 um total de 538



óbitos em menores de 5 anos no território Yanomami, sendo que 92% desses óbitos foram considerados evitáveis), o aumento da violência, o crescimento da mortalidade infantil e materna e a volta da fome evidenciaram a dimensão da tragédia que se abateu sobre a população brasileira no período de 2019 a 2022.

Tive a honra de participar do mencionado Congresso Internacional de Saúde Pública e propus que a Comissão de Saúde realizasse audiência pública que, por falta de agenda não aconteceu.

Para que possamos debater tema que continua atual e conhecermos os dados da pesquisa mencionada, peço o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 19 de março de 2025.



**JORGE SOLLA**  
Deputado Federal (PT-BA)

